

governação com o povo

Oleiros
Sertã
Proença-a-Nova

5ª f. 13 / IX / 1979

Porque «os papéis não representam o que vai no seio das povoações», Maria de Lurdes Pintasilgo iniciou ontem uma série de visitas, que pretenda semanais, e «determinadas pelas maiores carências». Presumimos, pelo que nos foi dado ouvir durante esta primeira visita, que terá também iniciado aquilo que se poderá chamar uma cruzada em prol de associativismo.

«Só através da associação, só através da conjugação de esforços é que se consegue fazer alguma coisa» — repetiram, inúmeras vezes, em todas as secções promoveram nas três vilas do distrito de Castelo Branco que visitaram (Oleiros, Sertã e Proença-a-Nova), os membros do Governo que ali se deslocaram. A Primeiro-Ministro, Lurdes Pintasilgo, o ministro da Administração Interna, Costa Brás, e o ministro da Agricultura e Pescas, Joaquim Lourenço.

Este último, quando «O Comércio do Porto» lhe perguntou se poderia pensar que a «cruzada» visava introduzir «um novo tipo de reforma agrária nas zonas de minifúndio», programada pelo Quinto Governo, respondeu-no:

«Evidentemente que o problema da Reforma Agrária nas zonas de minifúndio é um problema essencial para o nosso país, pois é nessas zonas que se forma a maior parte do produto e vive a maior parte da população. As formas de passagem do minifúndio às explorações económicas e socialmente viáveis passam pelo associativismo, de preferência — di-lo a Constituição que nós temos de cumprir — a integração cooperativa, que é uma das forças associativas que tem a sua personalidade, a sua tipicidade, está sujeita aos princípios cooperativos. Simplesmente, o Governo não é utópico, sabe que isso não se consegue de um momento para o outro e sabe até que este entusiasmo às vezes atrefece um pouco... Mas eu, pessoalmente, não estou nada convencido que os camponeses de Portugal sejam profundamente e arraigadamente individualistas. A sua desconfiança em relação ao associativismo e ao cooperativismo tem algo de exterior, algo de ter sido governado pelos poderes públicos e pelos interesses

económicos e não por extracto social. Como o demonstram as inúmeras instituições — as «Vezetas» o «Boi do Povo» a «Forja do Povo», as «Mótuas de Seguro de Gado» regidas por princípios cooperativos, cuja autenticidade ninguém pode discutir e que nasceram em Portugal independentemente de terem sido regidas pelos técnicos e pelos poderes públicos».

EQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS QUE SOFREU DANOS NOS INCÊNDIOS VAI SER REPARADO — PROMETE O MAI

Um programa mal elaborado, horários que não se cumpriram à chegada e um opíparo e demorado (duas horas) almoço oferecido pela Câmara Municipal de Oleiros a cerca de oitenta convivas não permitiram aos membros do Governo visitar as zonas atingidas pelo incêndio que mais área devastou e causou os maiores prejuízos directos causou às populações. Apenas foi possível organizar sessões de trabalho em Oleiros, Sertã e Proença-a-Nova, a que estiveram presente o governador civil de Castelo Branco, os presidentes dos municípios atrás referidos e ainda o de Vila de Rei, representantes das corporações de bombeiros da região altos funcionários de diversos serviços estatais e alguma dezenas de populares em cada uma das vilas.

Lurdes Pintasilgo teve a recepção, em Oleiros, pelas 11,45 horas, cerca de cento e cinquenta pessoas. Uma pequenita ofereceu-lhe flores. A recepção foi fria no exterior dos Paços do Concelho, mas os populares, presentes aplaudiram a Primeiro-Ministro quando esta foi convidada já no salão nobre, a ir a uma varanda saudar as pessoas que aguardavam a sua chegada. Já à desceida, depois da sessão de trabalho e do almoço, foi mais calorosa, sobretudo por parte de alguma dezenas de mulheres que se concentraram no exterior do restaurante onde tinham sido servidas aos visitantes duas especialidades da terra: maranho e cabrito à moda de Oleiros.

Durante a sessão de trabalho, em Oleiros, tratou-se essencialmente do problema dos incêndios florestais naquela zona de pinheiro bravo que é a mais extensa da Europa e onde o fogo causou,

este ano prejuízos estimados em 35 mil contos.

Falou-se da falta de estradões para controlar o fogo e, neste caso, chegou-se à conclusão de que as populações estão dispostas a ceder terreno para os abrir, ao contrário do que pensava o ministro da Agricultura e Pescas. Foram pedidas máquinas e sugerida várias vezes a colaboração da engenharia militar.

Abordou-se a necessidade de arroteamento das zonas queimadas, para evitar que, quando das próximas chuvas, as terras fiquem despidas e mais pobres. Por outro lado, sugeriu-se que os Serviços Florestais procedam, nessas terras que o fogo devastou, a uma sementeira — área, para não se dar o caso dos proprietários aproveitarem as sementes de má qualidade que ficaram nas árvores atingidas pelas chamas.

O escoamento das madeiras foi outro dos problemas discutidos, pedindo-se prioridade, por parte das fábricas de celulose, para as madeiras queimadas e a intervenção estatal para evitar que os intermediários se aproveitem (como sempre acontece) da calamidade pagando o produto por baixo preço que não se justifica e assim enriquecerem à custa da desgraça alheia.

No que toca à prevenção e combate aos incêndios, foram inúmeras as sugestões dadas pelos presentes. Pediu-se um maior policiamento das zonas florestais, sobretudo na época estival e também por parte dos militares, que poderiam acampar nessas zonas naquele período do ano. Solicitou-se insistentemente o melhor apetrechamento das corporações de bombeiros, dando-se exemplos de carências gritantes por parte dos voluntários da zona (os Bombeiros da Sertã tem apenas uma viatura, já com vinte e dois anos de serviço) que é, como dissemos, a mais povoada da Europa pelo pinheiro bravo.

Costa Brás lembrou, a propósito, que está a ser feito, desde há semanas, um levantamento, a nível nacional, dos danos nos equipamentos das corporações de bombeiros e que o MAI pretende brevemente subsidiar ou comprar directamente o material necessário para a reposição.



Ainda no que respeita ao combate aos incêndios, bombeiros presentes alertaram os governantes para a falta de coordenação entre as várias equipas que actuam na extinção de fogos, sobretudo da falta de comunicações entre as equipas no terreno e os helicópteros, que poderiam conduzir quem actua no solo para locais onde a sua acção fosse mais profícua.

No que respeita a meios aéreos, considerou-se necessário instalar na zona uma pista de aterragem e um serviço como aquele que existe na Lousã, «que está longe, muito longe para os aviões se poderem ir reabastecer em tempo útil».

A zona de Oleiros-Sertã-Proença-a-Nova deve ser considerada área de catástrofe e de calamidade — pediram os representantes das populações, que solicitaram auxílio para aqueles que foram grandemente prejudicados pelos últimos incêndios.

AINDA E SEMPRE O ORÇAMENTO

Não vimos aqui fazer promessas que não possamos cumprir — sublinhou duas vezes, em Oleiros, o ministro Costa Brás, quando se abordou o problema do auxílio aos populares atingidos para a pobreza pelos incêndios, nomeadamente aqueles que viviam em Perna do Galego e que ficaram sem as casas e o seu recheio, sem pinhais, olivais e pomares e alguns sem o gado que possuíam.

A Primeira-Ministra, por seu lado, aproveitou estas alturas para informar, frisando bem, que «não foi este Governo quem fez o Orçamento». Mas sempre se prometeu arranjar uns dinheiros para acudir aos casos mais aflitivos, depois dos presidentes das Câmaras fazerem o necessário levantamento.

A propósito, o presidente (em exercício) da Câmara Municipal da Sertã lembraria que já no ano passado se fez um levantamento do género do que se estava a sugerir e que a população da Ermida (então a mais afectada), ainda nada recebera.

O debate, no salão nobre dos paços do concelho de Oleiros, prolongou-se por cerca de duas horas e meia e estendeu-se a outros problemas que é necessário ultrapassar, se é que se quer preservar essa grande riqueza que é a floresta. E lembrou-se que a floresta, naquela área, é a única fonte de subsistência das populações e que, caso não seja protegida, dará origem ao êxodo do povo, sobretudo da juventude, para as cidades do litoral ou para os países de imigração.

Os membros do Governo lembraram, no entanto, Não podem continuar à espera que outros resolvam os seus problemas, aproveitando o rosário de lamentos para sublinhar uma e mais vezes que só pela associação, pela conjugação de vontades e de esforços, é que é possível resolver a maior parte das suas carências. Inclusive, é preciso que as pessoas se associem para pressionar os órgãos de Estado a contribuir com a sua quota-parte. «O individualismo é um inimigo que devemos combater».

LURDES PINTASILGO DECLAROU-SE SATISFEITA

Cerca das dezassete horas, a comitiva governamental seguiu para a Sertã, onde era aguardada (não obstante chegasse com quase três horas de atraso em relação ao previsto) por algumas dezenas de pessoas, que depois participaram numa outra sessão, também nos paços do concelho.

Foram abordados os mesmos problemas que haviam sido tratados em Oleiros e a que já fizemos referência. Houve, no entanto, uma maior participação de gente do povo, o que parece ter agradado a Lurdes Pintasilgo.

A partida para Lisboa, com passagem por Proença-a-Nova, a primeira-ministra declarou aos jornalistas:

«Por muito pobre que seja um país, quando ele tem pessoas como as que encontrei hoje, é um país muito rico. Quando as pessoas sentem os problemas que as atingem a si próprias e aos seus conterrâneos e compatriotas, da forma como foram hoje expressos, então é porque esse país tem uma alma, então é porque esse país é rico em valor humano e esse valor humano é que pode criar riqueza e transformar verdadeiramente o país».

Antes de deixar a Sertã, Lurdes Pintasilgo prometeu colocar naquela zona uma «equipa de intervenção social» formada por técnicos de diversos serviços estatais, para apoiar as câmaras municipais nos estudos de programas de combate às carências da região.

REPORTAGEM DE A. SANTOS MARTINS

... Depois, no salão nobre dos Paços do Concelho, e no decurso de uma reunião de trabalho, o chefe do Governo afirmaria:

— Naturalmente, pôr-se-á a questão por que é que viemos a Oleiros e de alguns lados do País essa interrogação se tornou premente. Eu quero tornar muito claro que por um lado há uma razão muito objectiva. Os nossos serviços florestais indicaram claramente que esta zona foi aquela em que houve as deflagrações mais extensas dos incêndios deste Verão e, naturalmente, isso só por si significava o interesse para a nossa equipa governativa. Mas não se trata só disso. Nós sabemos, também, que

há outras questões e que essas merecem também ser analisadas, escutadas e discutidas. Nós não vimos aqui com nenhuma promessa, até porque estamos já num termo de ano com tão poucas possibilidades para realizarmos coisas novas, mas vimos pelo menos com a certeza de que só através das palavras que pudemos trocar e através das sugestões que forem dadas é que nós podemos realizar uma acção governativa. Quer dizer: ao serviço do povo. Que seja digna desse mesmo povo que nós prometemos servir sempre em todas as nossas tarefas e, em particular, durante a duração do nosso mandato. Temos a noção de que estamos numa povoação onde existem carências de muitos tipos.

«Sabemos que no combate aos incêndios houve uma conjugação de esforços e, em particular, das corporações de bombeiros que eu não queria deixar de referir e às quais não queria deixar de prestar homenagem neste momento e visando — refiro-me não só aos bombeiros desta zona — os bombeiros de todo o país. E com este conjunto de sentimentos e de objectivos que nós estamos agora aqui prestes a dialogar e a ouvir o que é a realidade concreta da região em que nos encontramos. Como disse no início, não vamos fazer promessas, não vamos fazer nenhuma distribuição de nada. Antes pelo contrário, vamos receber, tenho a certeza, as ideias e as sugestões e dizer também da nossa parte, desde já, e na medida em que pudemos preparar esta vista com os nossos serviços, poder dizer desde já aquilo que podemos ou não podemos fazer e tentar de uma forma criadora, imaginativa, encontrar soluções para os problemas que se nos deparam.»